



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS
Direção Regional do Turismo

C/ Conhecimento:

jorge.md.soares@azores.gov.pt
carla.melo@simbiente.com
abarroco@quaternaire.pt

Exma. Senhora

Presidente da Câmara Municipal de Vila do Porto

geral@cm-viladoporto.pt

VOSSA REFERÊNCIA	NOSSA REFERÊNCIA	Nº PROCESSO	DATA
E-mail de 12.02.2024	SAI-DRT/2024/269	110-69/01	03 ABR. 2024

ASSUNTO: 2.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Vila do Porto

Avaliação Ambiental Estratégica - Relatório de Definição de Âmbito - Parecer

Sobre a Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) da 2.ª revisão do Plano Diretor Municipal do concelho de Vila do Porto (rPDM_VP), nomeadamente sobre o Relatório de Definição de Âmbito (RDA) apresentado, datado de fevereiro de 2024, e no que respeita os assuntos da competência desta Direção Regional, comunica-se o seguinte parecer:

1. Relativamente ao Quadro de Referência Estratégico (QRE), a observar para a AAE da proposta de rPDM_VP, em concreto sobre os instrumentos de gestão territorial e outros referenciais, indicados na Tabela 4.1 (pág. 33) e pormenorizadamente descritos no Anexo_01, verifica-se que, no que concerne os diretamente relacionados com a política e estratégia de turismo, são considerados, apenas, o *Plano de Ação 2019-2030 da Sustentabilidade do Destino Turístico Açores* (PASDTA), e o *Plano Estratégico e de Marketing do Turismo dos Açores* (PEMTA), sendo neste incluída a nota de que se encontra em revisão, o que nos merece os seguintes comentários:

- a) Conforme expresso no relatório, os referenciais identificados na Tabela 4.1 são aqueles que os autores consideram ter relevância para a prossecução da avaliação ambiental em apreço, não sendo, neste âmbito, considerado o Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores (POTRAA)¹, instrumento que, assim, não figura no Quadro 4.1 e respetivo Anexo_01.

Ora, não obstante não se discuta a avaliação feita sobre a relevância, ou irrelevância, dos referenciais a considerar no âmbito da AAE, recomenda-se, contudo, que a exclusão do POTRAA seja ponderada, no sentido de ser o mesmo, igualmente, considerado para efeitos da AAE da rPDM_VP, o que se justifica, fundamentalmente, pelo seguinte motivo:

¹ Aprovado pelo DLR n.º 38/2008/A, de 11 de agosto, e parcialmente suspenso pelo DLR n.º 13/2010/A, de 7 de abril, na sua atual redação, dada pelo DLR n.º 17/2019/A, de 24 de julho.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS
Direção Regional do Turismo

No relatório que procede à atualização da situação de referência para a rPDM_VP (estudos de caracterização e diagnóstico), que em 2022 foi submetido a parecer da respetiva Comissão de Acompanhamento², verifica-se, no âmbito do QRE aí definido, que o POTRAA é um dos instrumentos considerados como tendo incidência no território municipal e influência no conteúdo da proposta de rPDM_VP³, com o qual esta se deverá articular, o que, inclusivamente, se traduzirá na manutenção da articulação já verificada no atual PDM, de 2.ª geração.

Assim sendo, julga-se que o QRE a considerar, para efeitos da avaliação ambiental da proposta de rPDM_VP, deverá ser consonante com os instrumentos de gestão territorial e outros referenciais que serão observados na própria proposta de rPDM_VP, entre os quais, como atrás referido, se encontra o POTRAA, de forma a promover a devida articulação entre os dois processos.

- b) Relativamente ao PEMTA, informa-se, apenas, que o documento já não se encontra em fase de revisão, tendo sido concluído e aprovado pela Resolução do Conselho do Governo n.º 123/2023, de 9 de agosto, encontrando-se disponível para consulta no portal do Governo Regional / SRTMI.
2. Sobre os Fatores de Sustentabilidade, nomeadamente sobre a proposta dos indicadores a utilizar em sede do Relatório Ambiental, constantes do Quadro 5.1, em concreto no que se refere ao fator de *"Desenvolvimento Socioeconómico e Competitividade"* e à avaliação do Turismo (pág. 47), sugere-se o seguinte:
- a) Na designação do indicador, onde se menciona *"Alojamento turístico (hotelaria tradicional e alojamento local) por tipologia e capacidade (n.º)"*, sugere-se que se indique *"Alojamento turístico (empreendimentos turísticos e alojamento local) por tipologia e capacidade (n.º)"*;
- b) Na descrição do mesmo indicador, onde se menciona *"Número de estabelecimentos hoteleiros (hotéis, hotéis-apartamentos, apartamentos turísticos e pousadas), turismo no espaço rural e alojamento local e capacidade de camas instalada"*, sugere-se que se indique *"Número de estabelecimentos em hotelaria tradicional (hotéis, hotéis-apartamentos, pousadas, aldeamentos turísticos e apartamentos turísticos), turismo no espaço rural, turismo de habitação e alojamento local, e capacidade de camas instalada"*;

² Documento datado de setembro de 2022, sobre o qual foi emitido o parecer desta Direção Regional, através do ofício com a ref.ª SAI-DRT/2022/1393, de 08.11.2022.

³ Indicado na Tabela 3.1 e descrito no ponto 3.1.9 do referido relatório (páginas 22 e 48 a 49).



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS
Direção Regional do Turismo

- c) Ainda sobre o referido indicador, e sem prejuízo da fonte de informação definida (SREA), sugere-se que seja também indicada, como fonte, a Direção Regional do Turismo, tendo em conta que se trata da entidade com competência na atribuição da classificação dos empreendimentos turísticos e no registo dos estabelecimentos de alojamento local, os quais, no seu conjunto, constituem o alojamento turístico, estando, por isso, na posse de informação rigorosa e atualizada.

Face ao que antecede, sobre o RDA, do processo de AAE da proposta de 2.ª rPDM_VP, é emitido o parecer favorável desta Direção Regional, recomendando-se, contudo, que sejam tidas em consideração as observações atrás produzidas.

Com os melhores cumprimentos,

A DIRETORA REGIONAL DO TURISMO

Rosa Costa

ML